



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

INQUÉRITO CIVIL nº MPPR – 0112.18.000212-6

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N. 10/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Promotor de Justiça de Pitanga, no uso das atribuições conferidas pelo art. 127, caput, combinado com o art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; art. 120, incisos I e VI da Constituição do Estado do Paraná; Lei Federal nº. 8.625/93 (Lei Orgânica do Ministério Público); artigos 57, inc. V e 58, inc. VII da Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná (Lei Complementar nº 85/99), e

CONSIDERANDO as informações colhidas nos autos de Inquérito Civil nº MPPR – 0112.18.000212-6, instaurados no âmbito desta 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pitanga para a apuração, dentre outros assuntos, da regularidade do Projeto de Lei nº 11/2018, de iniciativa da Câmara de Vereadores do Município de Mato Rico (projeto assinado pelos vereadores DIRCEU GONÇALVES DE OLIVEIRA, EDIVALDO JACNITO HIPÓLITO, JOSILENE DIAS DA SAILVA IVANCZEZEN, DANILO MIRANDA e INEZ GONÇALVES DE ABREU), que pretendia aumentar o subsídio dos Secretários de Governo, o qual foi aprovado pela Casa Legislativa e sancionado pelo Prefeito MARCEL JAYRE MENDES, sendo convertido na Lei Municipal nº 553/2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

CONSIDERANDO que 03 (três) dos 05 (cinco) Vereadores que subscreveram o citado Projeto de Lei são casados com pessoas que ocupam cargo de Secretário Municipal, sendo eles:

Vereador DIRCEU GONÇALVES DE OLIVEIRA -
cônjuge/companheiro de AURORA ZAGULSKI DE
OLIVEIRA (Secretária de Educação e Cultura)

Vereador EDIVALDO JACNITO HIPÓLITO -
cônjuge/companheiro de JOSIANE VEIGA DE FRANÇA
(Secretária de Esportes e Lazer) e

Vereadora JOSILENE DIAS DA SAILVA IVANCZEZEN -
cônjuge/companheira de JOSÉ IVANCZEZEN
(Secretário de Saúde);

e que outros 03 (três) Secretários Municipais possuem parentesco e relação matrimonial com o Prefeito MARCEL JAYRE MENDES, sendo eles:

EDEGARD PAULO MENDES - Secretário de
Assistência Social - TIO DO PREFEITO;



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

MAHYRA LARUSSA BINI MENDES DOS SANTOS -
Secretária de Administração - FILHA DO PREFEITO; e
MARILZA BINI - Secretária de Finanças - ESPOSA DO
PREFEITO;

CONSIDERANDO que nem o Poder Legislativo e nem Poder Executivo apresentaram justificativa razoável para a aprovação do Projeto de Lei nº 11/2018 e posterior sanção e promulgação, não se tratando de reposição de perda inflacionária e havendo ainda parecer contrário do Advogado da Câmara Municipal (fls. 13/18), o que revela tratar-se de clara atividade legislativa em causa própria, o que viola frontalmente os princípios da impessoalidade e da moralidade (art. 37, *caput*, da CF/88), constituindo ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário, na forma do art. 10, I, da Lei nº 9.429/92;

CONSIDERANDO que, para além disso o Projeto de Lei desrespeitou disposição expressa da Lei Orgânica do Município de Mato Rico, que veda o aumento do subsídio dos Secretários Municipais para o mesmo mandato (art. 17, inciso XII), estabelecendo em âmbito municipal do chamado princípio da anterioridade, *in verbis*:

Art. 17. É da competência exclusiva da Câmara Municipalde Mato Rico:

(...)

XII - fixar até 03 (três) meses antes a realização de eleição municipal, os subsídios do Prefeito, do Vice-



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais, para o mandato subsequente, observando que o subsídio dos Vereadores não pode superar a 75% (setenta e cinco por cento) do estabelecido para os Deputados Estaduais; (grifo nosso).

CONSIDERANDO que embora a EC 19/1998 tenha suprimido a necessidade da observância da regra da anterioridade para Prefeitos e Vice-prefeito, o STF já tem entendimento pacífico que tal alteração não se aplica automaticamente quando repetida em lei orgânica municipal, se aplicando o raciocínio também para os Secretários Municipais;

CONSIDERANDO portanto que, não havendo atividade legislativa municipal alterar eventual previsão do princípio da anterioridade, o município necessita agir conforme a sua Lei Orgânica, como ocorre no caso de Mato Rico, em que esta estendeu a regra da anterioridade da legislatura aos Secretários Municipais;

CONSIDERANDO que uma vez definida esta premissa, eventual aumento dos subsídios dos Secretários Municipais de Mato Rico somente poderá ser aplicado na legislatura seguinte;

CONSIDERANDO o Projeto de Lei nº 11/2018 foi transformado na Lei nº 553/2018, e está em vigor desde abril de 2018, mês em que os subsídios dos Secretários de Governo já foram pagos com o aumento, passando de R\$ 2.855,74 (dois mil, oitocentos e



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) para R\$ 3.860,00 (três mil, oitocentos e sessenta reais);

CONSIDERANDO que embora os vereadores possuam imunidade parlamentar, há fortes indícios de que tenham agido com dolo na violação dos princípios que orientam o agir de todos os agentes públicos, inclusive os Edis, praticando ato que, corroborado pelo Prefeito Municipal a partir da sanção e promulgação da lei, implicou enriquecimento ilícito aos Secretários Municipais em detrimento do erário do município e Mato Rico;

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, além dos princípios já mencionados acima, deverá obedecer também ao princípio da legalidade (artigo 37, *caput*, da CF/88), e sua violação, poderá tipificar a prática de atos de improbidade administrativa, passíveis de responsabilização, o que inclui a possibilidade de ressarcimento ao Erário e perda da função pública (Lei n.º 8.429/92);

CONSIDERANDO que do princípio constitucional da legalidade decorre o princípio da autotutela, que se trata de poder-dever da Administração Pública em controlar seus próprios atos, anulando-os quando eivados de ilegalidade, na forma do artigo 53 da Lei n.º 9.784/99 (*A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos*) e



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e constitui função institucional sua zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, na forma do que estabelece o artigo 127, *caput*, e o artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a regulamentação dada à Recomendação Administrativa pelo Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Resolução nº 164/17, a qual dispõe em seu art. 1º que "a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o **objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública** ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná.

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

Expede a presente

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Ao Prefeito Municipal de Mato Rico, **MARCEL JAYRE MENDES**, a fim de que cesse imediatamente a execução da Lei Municipal nº 553/2018, deixando de pagar aos Secretários Municipais os subsídios nela contidos, devendo ser pago o valor até então vigente;

2. À **CÂMARA DE VEREADORES DE MATO RICO** para que, adote as providências cabíveis para a imediata revogação da Lei Municipal nº 553/2018, abstendo-se de editar qualquer outro ato legislativo que afronte a Lei Orgânica do Município, notadamente o art. 17, XII;

3. A todos os **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS** que exerceram a função desde a vigência da Lei Municipal nº 553/2018, e que tenham recebido subsídios nos valores nela previstos, a fim de que efetuem a devolução da diferença de valores em relação aos subsídios anteriormente vigentes, com atualização monetária, podendo fazê-lo de forma parcelada, com depósito da primeira parcela no prazo de 30 (trinta) dias.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA

4. Tanto o **Prefeito Municipal** como a **Casa de Lei** deverão dar ampla publicidade aos termos da presente recomendação, inclusive, anexando-a nos respectivos portais da transparência.

5. Os destinatários desta recomendação deverão informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas para o atendimento da presente Recomendação Administrativa, advertindo-se, desde logo, sobre a possibilidade de manejo de ação civil pública em caso de não atendimento ou omissão de informações, bem como ação civil por ato de improbidade administrativa.

Pitanga, PR, 5 de novembro de 2018.

PAULO AUGUSTO KOSLOVSKI
Promotor de Justiça